

## **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 03 DE AGOSTO DE 2012**

----- No dia três do mês de agosto do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente em substituição Maria de Lurdes Castro e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto único: Pedido de autorização excecional para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal, nos termos do nº 2 do art.º 46º da Lei nº 64-B/2012 de 30 de Dezembro (LOE para 2012).-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas e não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Elsa da Silva Duarte Marques substituíu o membro Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca que comunicou uma ausência por 4 dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Abílio António Ferreira Alves, não se encontrava disponível, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto que comunicou uma ausência por oito dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, José Augusto Campos de Barros, não se encontrava disponível, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituíu o membro Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Ricardo Jorge Oliveira, não se encontrava disponível, Joaquim José da Silva Rocha, Eugénio Pedro Magalhães Ribeiro que substituíu João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Sandra de Jesus Ferreira da Costa Magalhães que substituíu Alberto Oliveira, José Manuel Teixeira Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Delfina Morais da Silva Campos que substituíu Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Carlos André Gomes dos Santos que substituíu Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de freguesia de Aveleda, Francisco Mendes presidente da Junta Freguesia

Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caide de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, num total de quarenta e seis membros. Estiveram também presentes o senhor vice-presidente, Pedro Machado em representação do presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. ----

----- A Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

----- Ponto único: Pedido de autorização excecional para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal, nos termos do nº 2 do art.º 46º da Lei nº 64-B/2012 de 30 de Dezembro (LOE para 2012).-----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente da Mesa desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes da Junta, público e comunicação social. Lamentamos que só nesta altura do ano, já quase no início do ano letivo estejamos aqui a deliberar o recrutamento destes profissionais que tanto dignificam o nosso concelho e o país. Nestes tempos em que os governantes tanto falam de “Coesão Social”, esta deve ser entendida como “segurança”, “segurança” dos cidadãos dentro do seu

próprio país. Segurança essa a todos os níveis sociais, não só das forças policiais, na saúde, no trabalho, etc. Nunca descurando o que aqui nos trouxe hoje, a educação, que é um direito constitucional, nosso ainda. A escola pública e de Abril. O papel fundamental nestes tempos tão conturbados, dos psicólogos, sociólogos e dos professores das atividades extra curriculares, na luta contra o absentismo e o abandono escolar. Mais do que nunca há necessidade de apoiar alunos oriundos de famílias desestruturadas, que vivem numa situação económica aflitiva, entre outros aspetos de degradação social, incluindo muitas vezes alunos que vão para a escola e não tomaram o pequeno-almoço, porque as famílias não têm dinheiro sequer para adquirirem os bens essenciais. Havendo já alunos que a única refeição diária que comem é na cantina da escola. Havendo também necessidades noutras vertentes da contratação de pessoal, caso de animador cultural para dar o devido apoio às infraestruturas existentes, como é de salientar o auditório municipal, sendo este uma das principais infraestruturas para a cultura dos nossos jovens em idade escolar, mas também de toda a população em geral. De salientar, e a CDU-Lousada congratula-se que no nosso concelho, exista um contínuo crescimento da população escolar, contrariando os indicadores de quase todos os concelhos do país. Sem escola não há progresso social, cultural, desportivo e económico. Sem escola deixa de haver desenvolvimento a todos os níveis. Finalizava, e uma nota a todos os senhores vereadores e a todos os intervenientes no recrutamento e seleção destes profissionais, é uma exigência da CDU, que estes concursos sejam efetuados com transparência, com rigor e justiça. Para que ao contrário do que se passa ao mais alto nível da Nação, não haja lugar a irregularidades, e as situações concursais *ad hoc*, fazendo lembrar o tempo do PREC, mas um PREC ao contrário, em vez do período revolucionário temos presente o período reacionário em construção, sendo que não haja educação só para os filhos das elites, e empregos para quem tem certos cartões partidários. Pelo já mencionado, e como forma de também combater o desemprego, a CDU votará favoravelmente.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”  
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhoras e senhores

deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, excelentíssimo público e comunicação social presente. Dois aspetos que me parecem merecedores de uma primeira observação: primeiro um aspeto que é pouco habitual, reunir a Assembleia Municipal numa sessão extraordinária, e este é um aspeto que eu gostaria de aqui sublinhar. O outro aspeto que me parece mais habitual, infelizmente, volto a sublinhar, é que o senhor presidente de Câmara, uma vez mais ou seja repetidas vezes ao longo destes últimos tempos, prima pela sua ausência nestas sessões da Assembleia Municipal. De facto pode haver justificação para esta ausência, mas o que é certo é que quando são repetidas vezes ausente, passa a ser a regra, e a regra demonstra que há um claro desinteresse do senhor presidente da Câmara Dr. Jorge Magalhães relativamente aos assuntos do concelho e relativamente a este fórum de discussão de excelência política no concelho de Lousada. Passando então esta parte que é mais habitual para a parte menos habitual, que são as sessões extraordinárias da Assembleia Municipal, gostaria de começar por abordar em específico o ponto da ordem de trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, que é ponto único, como sabemos, com pedido de autorização excecional para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal. Portanto neste curto espaço de tempo em que acedi à informação que me foi remetida, porque efetivamente tudo isto aconteceu num *boom*, de uma forma diria até um pouco inesperada para nós, se calhar não tanto para o executivo da Câmara Municipal. E em tão pouco tempo perceber porquê que estamos aqui a votar um pedido de autorização excecional para o recrutamento de pessoal, quando ainda há uns meses atrás, em sede de votação do mapa de recrutamento de pessoal e do próprio orçamento da Câmara Municipal, estivemos a votar o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lousada. Portanto para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma leitura ainda que rápida dos documentos, eu diria o seguinte: estamos a votar um pedido de autorização excecional, essencialmente, por uma razão, que decorre da lei do orçamento de estado, que diz que, os municípios que estejam numa situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira ou com endividamento líquido superior ao limite legal de endividamento em dois mil e onze, sejam obrigados, a este procedimento excecional, de pedido de deliberação à Assembleia Municipal para recrutamento de pessoal. Estamos numa fase da discussão, que decorre até da própria emissão de declaração da chefe de Divisão Municipal de Gestão Financeira da Câmara Municipal, que diz: “tendo em conta os dados provisórios de junho do corrente ano o limite legal de endividamento em dois mil e onze foi ultrapassado”. Portanto este pedido de autorização

excecional decorre porque a Câmara Municipal de Lousada se vê, que ainda com dados provisórios de junho, vê-se com o limite de endividamento legal ultrapassado. Ficamos todos com aquela sensação, quantas Assembleias não discutimos aqui assuntos e assuntos relacionados com a questão da dívida, do passivo e do endividamento, e agora, vemo-nos perante uma confirmação interna e externa e factual para esta convocatória para a sessão extraordinária da Assembleia Municipal porque a Câmara tem o endividamento legal permitido ultrapassado. E esta é que é a questão para a abertura deste procedimento, deste pedido de autorização excecional, que decorre da lei de orçamento de estado que obriga as Câmaras Municipais a terem que fazer uma série de “*démarches*” até chegarem a um pedido excecional ao Órgão Deliberativo. Entretanto a Câmara foi fazendo essas *démarches*, enfim, de uma forma muito acelerada, porque o arranque do ano escolar está aí às portas e alguma coisa poderia acontecer de menos bom para muitas famílias e muitas crianças lousadenses ao nível do setor educativo neste concelho. A Câmara propõe aqui uma deliberação para abertura de procedimentos concursais, não só para preenchimento de quadros necessários ao nível da rede escolar, mas também ao nível de alguns equipamentos e outros setores de atividade da Câmara Municipal para os próximos tempos. Algo que a coligação “Lousada Viva” sempre veio dizendo e algo que sempre foi negado, chegamos a esta fase de termos uma prova evidente de que aquilo que a coligação tem vindo a alertar, e uma vez mais o digo, é verdade. E aquilo que interessa sublinhar para que haja alguma justiça até no debate político, terá que haver de facto este reconhecimento por parte da bancada do partido socialista de que muitas vezes não teve razão quando contrariava as afirmações da coligação “Lousada Viva”. Depois temos que perceber numa outra dimensão, aquilo que a Câmara nos propõe para deliberação, que é a dimensão da real necessidade deste conjunto de recursos humanos para a atividade do município. E nessa dimensão uma Câmara que se encontra com o limite de endividamento ultrapassado, aquilo que se pede é que haja uma gestão minimamente otimizada, rigorosa, criativa e criteriosa. É o mínimo que se pede à Câmara Municipal. Reparem, estamos a pouco mais de um ano de termos um próximo executivo a liderar os destinos do município de Lousada, e aquilo que a Câmara nos propõe é uma série de contratos por tempo indeterminado, um conjunto de recursos, no fundo a fixarem-se no quadro de pessoal da Câmara Municipal. Temos que analisar isto à luz de uma gestão otimizada perante a necessidade, até diria de gestão financeira do município. Portanto essa gestão otimizada não pode incorrer neste livre, espontâneo arbítrio de tudo fazer avançar como se nada

de mal estivesse a acontecer ao nível da gestão do município de Lousada. Efetivamente o município de Lousada não tem vindo a registar as melhores performances de gestão, e ao nível da gestão de recursos humanos muito haverá a dizer, a abertura destes procedimentos concursais por tempo indeterminado é uma prova disso mesmo. Porque não uma gestão criativa? Porque não uma gestão otimizada? Outras formas há, de suprimir estas necessidades de recursos humanos. Eu diria até, e permitam, se calhar uma abordagem mais específica, a Câmara não encontra no conjunto dos seus recursos, um técnico, com o décimo segundo ano de escolaridade para tomar conta do auditório municipal, permitam-me é uma abordagem se calhar simplista de mais. A Câmara não encontra no seu conjunto, técnicos que façam um trabalho na área social, temos de contratar especificamente dois sociólogos. E depois a Câmara incorre aqui numa outra situação, e foram estas as *démarches* que teve a preocupação, digo eu, de tentar acautelar, é que haverá uma bolsa de recursos e haverá uma bolsa de mobilidade, quando digo recursos, digo recursos afetos já á administração pública que poderá naturalmente preencher muitas destas situações. Estamos naturalmente atentos para que não haja aqui situações viciadas, orientadas para a manutenção de alguns postos de trabalho que agora terminam, temos de acautelar isso, no sentido da verdadeira ascensão da palavra do rigor e da gestão rigorosa e criteriosa, quando o município se encontra com o limite de endividamento ultrapassado. Portanto nesta primeira intervenção é aquilo que me apraz dizer que efetivamente a coligação “Lousada Viva” tem vindo a alertar para uma série de situações de gestão da Câmara Municipal de Lousada, que a nosso ver não são as mais corretas, e prova disso é que hoje estamos num sessão extraordinária, a votar um pedido de autorização excecional que decorre de uma obrigação, de uma exigência da lei do orçamento de estado para Câmaras que estejam numa situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira ou que tenham ultrapassado o limite de endividamento legal permitido para dois mil e onze.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deu entrada nesta Assembleia, Felisberto Tomé Ferreira Viana que substituía o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora presidente da Mesa da Assembleia, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Senhor Carlos Nunes, estes atrasos, suponho que o senhor ouve a

comunicação social, quando é que o ministro das finanças disse que as AEC's não iam acabar? Quando disse? Recordá-se? Tenho aqui um ofício da DGAL, entrada no dia vinte cinco, o senhor não tem porque não veio à reunião, o senhor Leonel Vieira ficou de vir à reunião dos líderes e também não veio, se calhar é por isso que não o tem. É um ofício datado de vinte e cinco de Julho, deste ano, a pedir estes elementos, e é por isso que temos uma reunião extraordinária e excecional. Estou convencido que os concursos não vão ser feitos de maneira a que o ano vá decorrer normalmente, a escola qualquer dia abre, já não falta muito, é um mês. Portanto é preciso ter em consideração isto, não é só falar mal da Câmara. Quanto àquele limite de endividamento que foi ultrapassado. Sabe que o ofício fala em dados provisórios, não fala em dados definitivos, isto é a mesma coisa que o governo, está com um défice no fim de junho de dez por cento e depois diz que vai cumprir os quatro e meio. Só que aqui nós vamos cumprir, sabemos de onde vem o dinheiro e o governo não sabe. Sobre este assunto importa salientar a seguinte, o número de funcionários não vai aumentar nem a despesa com pessoal. Houve a extinção por caducidade dos lugares que se encontravam na situação de tempo determinado, já cá estavam em tempo determinado mas a lei obriga agora que seja tempo indeterminado, aquilo que o senhor diz que se podia arranjar um individuo para o auditório municipal, qualquer individuo com o décimo segundo ano, tudo bem eu até concordo que isso pudesse acontecer, mas quando se faz a abertura de um concurso tem que se por lá os pressupostos todos, não se vai fazer um concurso só, a concorrer o individuo que tenha qualidades que a gente conhece e é ele que vai ficar ali. Isso é que vocês, se estivessem a governar eram capazes, o cartãozinho laranja era capaz de arranjar logo um lugar para esse individuo. Escuso-me a repetir o que o senhor vereador Eduardo Vilar disse na sua declaração de voto que com certeza os senhores deputados leram, a qual aborda o porquê do concurso para quatro técnicos superiores e três assistentes técnicos. Porque aqui é que está o ponto da discórdia, porque quanto às AEC's e quando aos assistentes operacionais vocês estão de acordo, e a gente sabe porquê. Junto à ata da reunião de Câmara para nossa orientação e sentido de voto encontra-se o pedido de autorização excecional do qual se demonstra até á exaustão o porquê de tal pedido. É pedido com várias alíneas e fazia sentido que futuramente dentro desta Assembleia tivéssemos em atenção no que se diz a partir do ponto nove. Sempre que venham para esta Assembleia leiam este documento que foi enviado a partir do ponto nove para depois não virem para aqui dizer asneiras. Eu digo em Assembleias futuras, não é hoje. A nossa bancada vai votar favoravelmente

este pedido, em todas as situações, porque todos os requisitos cumulativos impostos na lei do orçamento de estado para dois mil e doze estão cumpridos pelo município, enumero alguns mais importantes: demonstração de que os encargos com o recrutamento estão previstos no orçamento municipal, o recrutamento é compatível com o objetivo da redução do número de trabalhadores do município. Isto são pressupostos que o ofício que veio da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais obrigava. Portanto estamos dentro da lei, vocês são contra só aqueles técnicos e é por isso que a votação vai ser ponto a ponto, julgo eu, é o que vocês querem, mas não devia ser assim, nós temos uma discussão nesta Assembleia, tudo bem, eu concordo, mas uma discussão pressupõe uma votação, não pressupõe mais que uma votação. Porquê que havemos de votar ponto por ponto? Tudo bem, houve acordo.» -----

-----  
----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Alguns dos dirigentes da coligação PSD-CDS começam a ser um bocado profissionais na habilidade da manipulação. O senhor Dr. Carlos Nunes mais uma vez fez isso aqui, e eu vou explicar o porquê: o que a responsável pela tesouraria da Câmara alertou foi que, pontualmente, este ano no mês de junho se tinha ultrapassado o limite legal de endividamento daquilo que foi estipulado no orçamento de estado em dois mil e onze, esse valor, eu vou-lhe dizer mais ou menos quanto é, um milhão e oitocentos mil que não deve ser ultrapassado neste ano, mas é até ao fim do ano. E até ao fim do ano esse valor pode ser corrigido, e essa ultrapassagem, penso eu, vem do facto da compra de autocarros para o serviço de transporte de alunos e aqui nunca foi discutido, neste mandato, nunca até agora foi discutido este caso do endividamento legal. O que foi discutido até aqui foi outro tipo de endividamento, que é, o endividamento líquido em que o índice do endividamento líquido da Câmara de Lousada foi em dois mil e dez e dois mil e onze em algo semelhante de cinquenta e um por cento, e o limite do endividamento líquido permitido pela lei das finanças locais é de cento e vinte e cinco por cento, isto quer dizer que, relativamente ao endividamento da Câmara de Lousada, a Câmara podia ainda neste momento fazer um endividamento da ordem dos quinze milhões de euros e ainda ficaria dentro dos limites legais. Não manipulem por favor, não mintam às pessoas, que é o que os senhores tentam fazer mais uma vez. Porque até esta data nunca se falou aqui neste endividamento legal, é a

primeira vez que se está a falar, esse valor é na ordem de um milhão e oitocentos mil, mais ou menos.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Mesa em substituição, restantes membros da mesa, excelentíssimos vereadores, excelentíssimos membros desta Assembleia. Começava por dizer que posso ter visto mal, mas a palavra “pontualmente” não aparece, se calhar foi por lapso. Relativamente às questões que nos trazem cá, eu gostava de dizer que a bancada socialista começou muito bem ao falar das AEC, contra as AEC nada, nós sabemos que é necessário contratar pessoas para as AEC, que é necessário que elas sejam contratadas em tempo útil para que o ano escolar abra de forma normal e regular sem qualquer sobressalto. Parece-nos é que a “reboque” das AEC se façam dezanove contratações por tempo indeterminado. Podem pintar isto da cor que quiserem mas a melhor cor seria a cor-de-rosa. A verdade é que abrem um concurso para colocar pessoas que terminaram os contratos por tempo determinado, com especificidades tais que são especificamente para aquelas pessoas, por exemplo são necessárias pessoas para o trabalho social, porquê sociólogos? Porque não abrem outras áreas ou tem que ser um sociólogo especificamente? Quando nos falam que não vai aumentar o quadro de pessoal, certamente que não vai, porque é para meter pessoas que estavam por tempo determinado, que viram os seus contratos caducados, e que neste momento vão passar para o quadro por tempo indeterminado. Nós não sabemos de que forma é que elas entraram por tempo determinado e qual foi o concurso que as colocou lá.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente, percebemos o esforço da bancada do partido socialista em tentar justificar aquilo que á partida, que todos já percebemos, que não tem a justificação que vocês pretendem. Estamos cá numa sessão extraordinária, a debater um assunto excecional para recrutamento de pessoas, que decorre por a Câmara municipal de Lousada ter ultrapassado o limite de endividamento legal permitido para dois mil e onze. Portanto essa é a discussão, e depois a discussão que vem aqui associada, é aquela que o meu companheiro Antonio Filipe agora aqui mesmo apresentou, é que a “reboque” desta situação que já de si é excecional, a Câmara municipal de Lousada quer ainda transformar, permitam-me a correção, o executivo socialista da Câmara Municipal de Lousada quer ainda converter estes contratos por

tempo determinado caducados em contratos por tempo indeterminado. Portanto mistura aqui as áreas de atividade da Câmara Municipal de Lousada para tentar levar isto de uma assentada só, e percebe-se até mesmo na exposição do excelentíssimo líder da bancada do partido socialista, senhor Joaquim Santos fez, que é, vamos votar isto num ponto único, é ponto de assentada, e essa foi a explicação. Mas deixe-me dizer-lhe que por lapso não trouxe o ofício da DGAL que está ali, mas também o tenho. E esse ofício da DGAL, carimbo de entrada nos serviços da Câmara Municipal de Lousada efetivamente tem lá o dia vinte e cinco de julho, mas é preciso que toda a gente conheça o ofício para perceber porquê que aquele carimbo está lá com data de vinte e cinco. Vir cá dizer que há um ofício da DGAL, que tem uma entrada, e temos de fazer isto de forma acelerada, não, aquilo decorre desta obrigatoriedade da lei do orçamento de estado em preencher um conjunto de requisitos para chegarmos a esta situação de pedirem uma autorização excecional ao Órgão Deliberativo. Portanto quem ler aquele ofício diz-lhe assim, nada, diz aquilo que lhe acabei de dizer. Percebe-se uma vez mais o esforço que o senhor e sua bancada fazem para justificar aquilo que efetivamente pretendem mas não conseguem justificar. E uma vez mais um esforço que eu começo por dizer que, de uma forma tão repetida, através de um vosso elemento, para tentarem manipular aquilo que a coligação “Lousada Viva” vai dizendo, vai afirmando em seu favor. Senhor deputado não faça um esforço de tal forma que extravase a sua maneira de ser, que me parece ser uma pessoa correta, mas que efetivamente neste púlpito extravasa essa correção. E extravasa para o sentido nefasto daquilo que deverá ser, que é, não ponha palavras na minha boca, não ponha palavras em afirmações que a coligação faz, não se esforce mais por esse caminho porque efetivamente não é o caminho mais adequado para o senhor percorrer, é um caminho duvidoso, sinuoso e o senhor efetivamente pode perder a orientação que lhe reconheço ter enquanto pessoa. Depois, ainda reforçar e sublinhar o sentido de responsabilidade da coligação, porque percebemos que a abertura normal do ano escolar poderia estar em risco. Se nós não temos este sentido de responsabilidade, algo vai muito mal acontecer nas escolas do concelho de Lousada e daí aprovarmos a abertura destes concursos, a título excecional, para preenchimento destes postos de trabalho. O esforço que o senhor Santos faz em alertar para o ponto nove, e andamos aqui todos a ver qual é o ponto nove, eu fui logo direto, o senhor tem que ler o ponto um, dois, três...oito, para depois chegar ao nove e ler os seguintes. E aquilo que tem que vir aqui dizer é que do ponto um ao ponto oito, está ali a fundamentação do porquê de uma sessão extraordinária com um pedido

excepcional para a abertura de concursos, que já de si estavam aprovados no mapa de pessoal, não há preenchimento a mais de recursos humanos. E depois dizer-lhe também que já na altura da discussão do mapa de pessoal a coligação “Lousada Viva” tinha feito estes alertas para a gestão otimizada dos recursos humanos e que vocês numa tentativa assaz de colocar ditos na coligação “Lousada Viva” vieram logo para aqui insinuar que a coligação pretendia despedir pessoas. Mais uma vez, o tal caminho sinuoso que eu há pouco falava do senhor deputado, que é de tentar manipular, isso sim, aquilo que a coligação “Lousada Viva” vai dizendo. Efetivamente esta é uma sessão extraordinária de Assembleia Municipal que no fundo a nossa presença representa mais de três mil e quinhentos euros à volta dos três mil e seiscentos, é custo desta Assembleia Municipal extraordinária, que não haveria necessidade se a Câmara Municipal não tivesse ultrapassado o limite legal de endividamento permitido para dois mil e onze. E essa é que é a verdade. Verdade tão verdade que tem as próprias declarações dos serviços internos da Câmara Municipal. Estamos cá nós reunidos em sessão extraordinária e que a “reboque” de tudo isto, a Câmara tenta, enfim, levar de uma só assentada aqui a contratação, a passagem ao quadro de outros recursos que a nosso ver, com uma gestão mais criteriosa, mais criativa, mais otimizada não seriam de todo em todo necessários, quando o desequilíbrio financeiro da Câmara Municipal começa a evidenciar-se. Relativamente a esta situação, deixem-me dizer-lhes que não houve qualquer reunião de líderes, porque eu enquanto líder da bancada não fui convocado para nenhuma reunião. Houve um esforço muito grande, que eu percebi, de me fazerem chegar a convocatória. Encontrando-me eu ausente da minha habitação, tentaram procurar a casa dos meus pais, não encontraram ninguém, tentaram encontrar algum familiar que me fizesse chegar a convocatória. Efetivamente não é por falta de convocatória que nós aqui estamos para discutir os assuntos que interessam ao município de Lousada. Não sendo de todo em todo necessário, caso a Câmara Municipal de Lousada não tivesse ultrapassado o limite legal de endividamento.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Felisberto Viana do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia em substituição, excelentíssimos senhores vereadores, caros colegas e deputados. Eu hoje não vim cá para falar mas não resisti. Estou cá como membro absolutamente livre, estou cá como convidado, quase. As pessoas falam, ouvem, e em democracia temos de ter o nosso direito à manifestação, e eu não resisti. Estamos aqui a discutir um ponto que supostamente é do interesse do município e eu não vejo a

discussão a ser levada em busca da solução, vejo discussões do “arco da velha”, vejo aqui pessoas a dizer que se fosse o PSD e se tivesse o cartão laranja, se calhar era essa pessoa que ia para lá. Onde é que nós estamos? Estamos na Europa, em Portugal, correto? Reparem a Câmara de Lousada é socialista há quantos anos, vinte, vinte e quatro? É essa a forma de fazer seleção? Eu não sei, eu tenho pouco mais que esses anos e não sei. Se é essa a forma, digam. É uma pergunta que estou a fazer. Se há tantas necessidades de pessoas em vários pontos do município, seja no auditório, seja nas escolas, não vai começar o ano letivo, é essa a questão. Eu não acredito nisso, mas, formem uma comissão independente, com todas as forças político-partidárias do município e independentes e se calhar conseguem contratar pessoas com mérito, sem cartão, seja ele rosa, azul ou laranja. É isso que se faz nos países desenvolvidos e nas empresas de sucesso. No município de Lousada, não sei. O professor Vilar sabe do que é que eu estou a falar. Reparem, em democracia há forças políticas para buscar a melhor solução, não é para uma força política sobrepor-se e ficar acima da outra. Eu agradeço a oportunidade de me terem convidado, por ter cá vindo hoje, mas pensem nisto: o mérito e a necessidade deve ser encontrada numa solução eficaz e não numa solução à pressa e que dá jeito a este ou àquele. Era só este desafio que lançava para que de facto as coisas melhorassem mas melhorassem com substância. E mais uma vez digo, eu estou cá absolutamente livre.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Quanto à última intervenção, só queria aqui esclarecer uma coisa, o senhor Santos disse o que disse sobre o cartão laranja, porque caso tenham lido a declaração dos senhores vereadores diz aqui: “ ser dirigente, familiar de dirigente ou de autarca do partido socialista não pode dar direito à “via verde” para um emprego na Câmara de Lousada”, é uma contra resposta. Quando me apresentarem aqui o cartão de militante de uma pessoa qualquer que esteja a ser contratada, aí podemos começar a falar. Portanto o que está aqui em causa, penso que é algo muito simples, votamos favoravelmente, ou não, para que o ano escolar comece da melhor forma possível para as crianças lousadenses e com os mínimos de atrasos possíveis, muito derivado daquilo que se passou com a componente do ministério. Não é minha intenção estar aqui a sacar culpas a quem quer que seja, se não também não saímos daqui. Mas sei que é muito atrativo aproveitar estas alturas para lançar vários temas, já mais que rebatidos, não irei entrar aqui, mais uma vez, em discussão porque já nem vale a pena. É sempre aquela falsa ideia do aumento de funcionários, que já vimos que

não há aumento nenhum, os concursos para preencher lugares que existem, o senhor Santos já explicou tudo o que deveria ter sido explicado. O número de funcionários da autarquia foi reduzido, os papéis estão aí para o comprovar, também sabem que de acordo com as exigências governamentais esse número foi atingido. Portanto este concurso só é possível dado termos cumprido com as exigências da *troika* para os municípios. Acho que este é um assunto completamente pacífico escusávamos de estar aqui com tanta discussão e disse que disse.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É só para comunicar à comunicação social, desculpem a expressão mas “tirem o cavalinho da chuva” que a senha de presença não é paga. Esta Assembleia é a custo zero, foi assim que em reunião de líderes, e depois com anuência do senhor Dr. Leonel Vieira ficou concluído.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor Dr. Carlos Nunes disse que eu costumo aqui afirmar que os dirigentes da coligação PSD-CDS dizem coisas que afinal não dizem. Dou-lhe um exemplo, aliás tenho fundamentado sempre aquilo que digo que vocês dizem, por datas, os locais e tudo, dou-lhe um exemplo: na reunião da Câmara de cinco do onze de dois mil e onze disseram, e depois mais tarde vocês é que vieram dizer que não disseram, mas eu leio: “ o município não tem contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica...” disseram isto e depois vieram dizer que não disseram, assim como outras coisas. Quer que eu lhe leia este role de todas as afirmações falsas e manipuladoras que vocês fizeram? E que depois de serem denunciadas, vieram dizer que não disseram. Relativamente ao endividamento e à tentativa de dizer que há afinal um desequilíbrio financeiro. Depois da minha intervenção o senhor não contestou, porque de facto não há desequilíbrio financeiro, nenhum. Aquilo que estamos a falar endividamento da autarquia, a autarquia ainda tem uma folga enorme na ordem dos quinze milhões de euros para chegar ao limite legal de endividamento líquido. O que se está aqui a discutir é a ultrapassagem do endividamento de dois mil e onze do orçamento, cujo valor é na ordem de um milhão e oitocentos mil mas que foi pontual. Não leem lá “pontual” mas leem “em junho”, em junho foi ultrapassado, não quer dizer que em dezembro seja ultrapassado, a Câmara pode pagar parte dessa dívida este ano e em trinta e um de dezembro de dois mil e doze essa questão nem se põe.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ainda sobre isto que o meu colega Ferro falou. Se eventualmente isto que o senhor Carlos Nunes disse aqui fosse verdade, não vamos ter concursos abertos, porque um pressuposto, está aqui escrito, para que estes concursos se abram, qual é: “ o município não se encontrar em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira ou com endividamento líquido superior ao limite legal de endividamento de dois mil e onze”, estou a ler o ponto seis. Se for o que o senhor diz, não vamos ter os concursos abertos? Ou vamos? Acho que não.» -----

----- Intervenção do Sr. Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel: «Eu só queria responder ao último senhor deputado da coligação “Lousada Viva”, não sei o nome porque ele não disse. Mas queria-lhe dizer que, de facto ele é novo, mas a Câmara de Lousada começou a ser chefiada pelo PS nas eleições de mil novecentos e oitenta e nove. E a partir daí tem sido sempre ela a chefiar e não é por concursos, é por voto secreto, que é muito diferente.» -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e três minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Luis Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do deputado Dr. Carlos Nunes e mais uma vez a famosa questão da ausência do senhor presidente. Não veja na ausência do senhor presidente qualquer desinteresse na discussão em sede deste fórum. O senhor presidente não está aqui porque não pode estar, por um lado, por outro lado confia em mim para o representar e porque fui eleito como o senhor para estarmos aqui. Antes de começar a explicitar o que verdadeiramente está aqui em causa, queria só dar aqui resposta a duas ou três situações que eu julgo que também merecem esclarecimento, nomeadamente esta questão, que também o Dr. Carlos Nunes referiu, que hoje estamos aqui porque a Câmara de Lousada ultrapassou o limite legal de endividamento. O senhor Ferro já o explicou, vocês só insistem neste ponto se de facto estiverem muito mal esclarecidos ou se tiverem má-fé. Sempre que há uma Assembleia Municipal, há um mapa de endividamento que vos é entregue a todos, está lá muito claro qual a nossa capacidade de endividamento. Lousada continua com muita capacidade de endividamento. Agora para este efeito de contratação de pessoal há um limite diferente e o senhor esqueceu-se de referir o endividamento líquido, fez-me lembrar

aquela anedota do sujeito que usa bolsos de plástico para receber o ordenado líquido. É uma coisa diferente daquela que nós temos discutido aqui. Portanto, eu sublinho, a Câmara de Lousada continua com muita capacidade de endividamento, simplesmente para efeitos de contratação de pessoal o governo decidiu em sede do orçamento de estado para dois mil e onze e depois em dois mil e doze voltou a aplicar o mesmo critério e tem um critério muito mais restrito para este efeito. E como disse e bem o senhor Ferro, esse limite que a DGAL nos comunicou era de um milhão e oitocentos mil. Bastaria, por exemplo, a Câmara não ter comprado os autocarros e hoje não estaríamos aqui. Não sei se é isso que preferia. Julgo que não. Quanto a esta questão acho que está esclarecida e só não percebe quem não quer perceber ou quem quer confundir a população. Depois fiquei um bocado preocupado e até chocado com aquilo que referiu relativamente às alternativas que a Câmara, eventualmente teria, em vez de contratar a tempo indeterminado, falou aqui que há outras formas criativas. Não sei que formas são essas mas têm um nome é precariedade de trabalho. Nós temos aqui muitos contratos por tempo indeterminado porque temos condições para os fazer e porque há uma necessidade efetiva e permanente para o município e por isso é que é por tempo indeterminado. Em criatividade reconheço que o senhor tem muita habilidade. Depois começando a explicitar aquilo que nos traz aqui é conveniente desde logo referir que o orçamento de dois mil e doze obriga as autarquias locais a reduzir o número de trabalhadores, até ao final do terceiro trimestre de dois mil e doze a nível nacional. O governo estabeleceu três patamares para essa resolução: primeiro patamar, estão as autarquias que têm de reduzir um por cento dos trabalhadores e são aquelas autarquias que no último triénio reduziram o número de trabalhadores em pelo menos dez por cento; segundo patamar, as autarquias que têm de reduzir dois por cento e são aquelas que tiveram uma redução no último triénio de menos dez por cento; e por fim, terceiro patamar, as autarquias que têm de reduzir três por cento dos trabalhadores e são aquelas que mantiveram ou aumentaram o número de trabalhadores no último triénio. Curiosamente Lousada, sabem onde é que está? Está no primeiro patamar, só tem que reduzir um por cento. E porquê? Porque é das autarquias locais que mais reduziu o número de trabalhadores no último triénio. Por outro lado como já aqui foi dito, hoje não há aqui nada de novo porque todos lugares que se pretendem preencher já estavam previstos no mapa de pessoal que foi aqui aprovado em dezembro último, no fundo a deliberação de hoje será um ato consequente dessa deliberação anterior. Também aqui foi dito e eu acho que é importante sublinhar que a abertura dos respetivos procedimentos

concurtais não vai gerar aumento do número de trabalhadores, nem podia, porque se não, não podíamos abrir os concursos, por outro lado também não vai aumentar a despesa com pessoal, porque os mesmos destinam-se a colmatar necessidade que estavam a ser supridas por outros contratos que entretanto caducaram. Convém também referir que a esmagadora maioria das remunerações que estão aqui em causa vão ser suportadas pelo gabinete de gestão financeira do ministério da educação no âmbito do protocolo de transferência de competências que esta Câmara celebrou com o ministério da educação. Por outro lado a abertura destes procedimentos concursais é fundamental para assegurar a continuidade de uma série de serviços que o município vem estabelecendo ou desenvolvendo, fazendo uma breve referência a cada um deles para que fiquem esclarecidos, embora o senhor professor Eduardo Vilar na sua declaração de voto já o explicitou, mas eu julgo que é importante voltar a frisar alguns aspetos. No que respeita ao técnico superior, por tempo indeterminado, com licenciatura em Educação de Infância, conforme ele disse e bem naquela declaração de voto, a educação dos tempos de hoje não se resume à atividade letiva tradicional, não basta dizer que devemos incentivar os hábitos de leitura nos mais novos, esse objetivo só se consegue, agindo, e essa ação tem de ser efetuada logo no pré-escolar e no primeiro ciclo é fundamental estabelecer e reforçar a interação entre as escolas, jardim-de-infância e primeiro ciclo, as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal. O programa das bibliotecas escolares tem conseguido no nosso concelho uma notoriedade e visibilidade por parte das entidades que o tutelam, também não será por acaso que Lousada é constantemente apontado como um dos municípios, a nível nacional, em que se investe mais na área da educação, e sendo apontado, muitas vezes, como um exemplo a seguir. Tudo isso não será certamente por acaso. Quanto ao técnico superior, por tempo indeterminado, com licenciatura em ciências da informação, eu diria que se há setor deficitário em termos de recursos humanos da Câmara Municipal, é setor da informática. De há uns anos a esta parte as áreas de atuação são cada vez mais, a complexidade das questões são cada vez maiores. O pessoal que nós temos adstrito ao setor de informática é manifestamente insuficiente em termos de disponibilidade de tempo para dar a resposta devida, por exemplo, que o pelouro da educação necessita, nomeadamente, no apoio às atividades de enriquecimento curricular, em especial às TIC e muitas outras situações de apoio às escolas. É fundamental termos alguém a dar apoio na área da educação, justifica-se de todo esta contratação. Quanto aos técnicos superiores de sociologia, eu diria que se há áreas em que se deram, as maiores conquistas nos últimos anos e em que

apresentamos melhores resultados, é no abandono escolar. Eu lembro que há vinte anos Lousada era um dos concelhos a nível nacional que apresentava uma das maiores taxas de abandono escolar. Em dois mil e um a taxa de abandono escolar na população escolar entre os dez e os quinze, era ainda de oito por cento, quando a média nacional se situava nos dois vírgula sete por cento. Atualmente Lousada é dos municípios que apresenta uma das mais baixas taxas de abandono escolar, ela é praticamente insignificante, embora desde que haja apenas um caso de abandono escolar devemos-nos preocupar, porque é um fenómeno que a qualquer momento pode alastrar, mas é com muita satisfação que nós conseguimos inverter esta tendência, que por um lado nos envergonhava e que por outro lado, ainda mais importante do que isso, uma situação que estava a por em causa o futuro do nosso concelho. Essa conquista deve-se muito ao investimento que a Câmara Municipal fez nos últimos anos em termos de recursos humanos, mais precisamente, na contratação de psicólogos e sociólogos. Tem sido efetuado um trabalho muito árduo de sinalização, diagnóstico e acompanhamento de grande proximidade com os alunos e respetivo seio familiar, sempre em articulação com os restantes parceiros escolares, em especial com a comunidade escolar. Esta conquista é ainda mais importante se tivermos em conta que Lousada está a crescer e continua a ser o concelho mais jovem de Portugal continental. Lembro que nos últimos censos de dois mil e onze, Lousada apresentou uma taxa de crescimento efetivo de cinco vírgula seis por cento, e isto é ainda mais importante se tivermos por comparação o que se passa à nossa volta, desde logo no próprio país em que a taxa foi apenas de um vírgula noventa e três, no norte em que praticamente houve uma estagnação e na sub-região onde nos encontramos inseridos do Sousa e Tâmega onde se perdeu população. Sendo a juventude um dos melhores ativos deste concelho, conforme já alguém ou muita gente aqui disse, inclusivamente da vossa bancada, há que valorizar esse ativo, e isso consegue-se certamente pela aposta na educação, que é um dos pilares de qualquer sociedade ou qualquer país com melhores índices de desenvolvimento. Relativamente aos assistentes técnicos, uma das situações que os meus colegas na reunião de Câmara votaram contra, presumo eu, por equívoco porque este recrutamento é fundamental para assegurar necessidades das escolas, e por outro lado também fazem parte do dito protocolo assinado com o ministério da educação. A Câmara Municipal não terá qualquer encargo com estas duas contratações. O Dr. Carlos Nunes referiu aqui o sentido de responsabilidade da coligação “Lousada Viva”, que não votou tudo contra, votou algumas coisas a favor, aquelas que eram fundamentais para

assegurar a normal atividade das escolas, mas esqueceram-se destas duas contratações que também são indispensáveis para assegurar essa dita normalidade por um lado, e por outro lado, a Câmara não vai ter qualquer encargo financeiro com a sua contratação, seria irresponsável não fazer essa contratação, como deve compreender. Não haverá sequer abertura de concurso porque, conforme dizem os documentos que foram anexos à proposta, existe uma lista de recrutamento que está em vigor até ao próximo ano, Junho de dois mil e treze, serão chamadas as pessoas que estão à frente nessa lista que não entraram no concurso anterior. Relativamente ao assistente técnico, com especialização em animação cultural. É bom que fique claro que não existe no quadro de pessoal da Câmara qualquer assistente técnico com qualificações necessárias para dar resposta às necessidades do auditório municipal. O lugar a prover requer especialização para lidar com tarefas específicas, como seja, o sistema de som, áudio, luzes etc. O auditório de Lousada é um equipamento de referência nesta região, não só pela qualidade do próprio espaço mas sobretudo pela qualidade da sua oferta cultural, cujo prestígio adquirido ao longo dos anos não se compadece com amadorismos. Quanto aos assistentes operacionais, os outros três concursos é no âmbito do dito protocolo de transferência de competências também aí não há encargos para a Câmara Municipal. Acho que também é importante referir que a abertura dos procedimentos concursais terá ainda de ser autorizada pelos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local, e que darão apenas autorização se, se verificarem uma série de requisitos e há um dos quais eu acho importante referir que é: “ser imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa”. Quanto à questão das filiações ou simpatias partidárias. Eu diria que elas nunca foram nem são motivo de discriminação positiva ou negativa na admissão de pessoal. Eu já aqui disse uma vez e sinto-me na obrigação de o voltar a repetir, sem querer pessoalizar, nunca referindo nomes, que eu saiba não conheço outra Câmara que tenha admitido para o seu quadro de pessoal alguém que foi dirigente ou ex-dirigente duma juventude partidária da oposição. Nós fizemos isso. E posso dizer-vos mais, ainda na última Assembleia Municipal a propósito do relatório da inspeção geral de finanças, foram referidas aqui irregularidades a que vocês chamam de ilegalidade. Foi referido um caso e não vou referir nomes em que a inspeção considerou

que a Câmara usou a figura do contrato de avença quando devia ter feito um contrato de trabalho. Curiosamente essa pessoa fazia parte de uma lista da coligação “Lousada Viva” numa freguesia. Não foi impedimento de ser contratada pela Câmara. Mal estaríamos nós se isso fosse motivo de exclusão. Nesta matéria não temos lições a receber de ninguém, estamos perfeitamente à vontade. Por outro lado é bom que tenhamos presente que estamos aqui hoje a aprovar a autorização de abertura dos procedimentos. A questão do recrutamento que é aquilo que muito vos preocupa é uma questão diferente, e aí, o que eu vos aconselho é que acompanhem esses processos, consultem os processos. E os candidatos que porventura se sintam lesados que façam o mesmo e impugnem os concursos. Os tribunais existem para alguma coisa e é para defender o interesse das pessoas. Em vez de trazerem aqui para a colação discussões inúteis, para confundir as pessoas, julgo que esse era o caminho mais acertado. Para terminar convinha também explicar o porquê de estarmos aqui hoje, porque que houve necessidade de fazer uma sessão extraordinária. Por uma razão muito simples, só agora é que estão verificados todos os requisitos para que a Câmara desse início a esse processo. Um dos requisitos, como também consta dos documentos anexos e já foi aqui referido, é que tenha havido uma diminuição do número de trabalhadores em pelo menos de um por cento, no nosso caso. Nós no início do ano já sabíamos pela certeza que nesta data já teríamos cumprido esse critério. Na altura ainda se ponderou se não haveríamos logo de avançar. O que é que teria acontecido se eventualmente tivéssemos avançado? Ficávamos sujeitos em sede de uma eventual inspeção ou auditoria que apontasse ali uma irregularidade, a que provavelmente a coligação iria chamar logo de ilegalidade e que provavelmente daria azo a páginas de jornais, onde iriam dizer que o senhor presidente da Câmara iria ter que devolver uns milhares largos de euros. Portanto foi por essa razão, por uma questão de certeza jurídica, para que não houvesse esse tipo de aproveitamentos, foi isso que fizemos e a isso se deve o facto de hoje aqui estarmos. -----

-----  
----- Eram vinte e duas horas e quarenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----  
-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número 1) do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para abertura excepcional de procedimentos concursais com vista a constituição de relações jurídicas de emprego público, por

tempo indeterminado e determinado, para os seguintes postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e orçamento para o ano de 2012 e que visam fazer face às necessidades permanentes do Departamento Municipal de Educação e Ação Social: 1.1) Um Técnico Superior, por tempo indeterminado, com licenciatura em Educação de Infância; 1.2) Um Técnico Superior, por tempo indeterminado, com licenciatura em Ciências da Informação; 1.3) Dois Técnicos Superiores, por tempo indeterminado, com licenciatura em Sociologia; 1.4) Dois Assistentes Técnicos, por tempo indeterminado, com 12º. Ano de escolaridade ou curso equiparado; 1.5) Um Assistente Técnico, por tempo indeterminado, com 12º. Ano de escolaridade ou curso equiparado e especializado em animação cultural, com escolaridade obrigatória; 1.6) Doze Assistentes Operacionais, por tempo indeterminado, com escolaridade obrigatória; 1.7) Cinquenta Técnicos, para exercer atividades de enriquecimento curricular por tempo determinado, com o perfil previsto no despacho nº. 14460/2008, de 26/05, alterado pelo despacho nº. 8683/2011, de 28/06 do Ministério da Educação; e 1.8) Onze Assistentes Operacionais, por tempo determinado, com escolaridade obrigatória, nos termos do nº. 2 do artº. 46º. da Lei 64-B/2011 de 30/12 (LOE para 2012)” -----

Feita a votação ponto por ponto: -----

----- A proposta número 1.1 que foi aprovada por trinta e sete votos a favor e dez contra dos seguintes membros: Maria Emilia Chamusca, Virginia Monteiro, Carlos Manuel Nunes, Branca Cecília de Sousa, Joaquim José Bessa, José Manuel Goncalves, Jorge Peixoto, António Filipe Barbosa, Delfina Campos, Felisberto Viana. Com uma declaração de voto do membro Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Voto contra esta proposta, e voto contra não só pela necessidade, ou não das novas pessoas para colmatar as necessidades identificadas por este executivo com o pessoal, mas por suspeitar dos concursos para este mesmo recrutamento. Senhoras e senhores deputados desta Assembleia, defendo acima de tudo uma igualdade de oportunidade para todos os jovens do concelho e nunca uma segmentação desses jovens por cor ou linhagem. Espero que estas minhas suspeitas não passem disso só, apesar de o passado ou talvez futuro, e os candidatos expressamente selecionados estarem bem identificados no documento, nos darem a certeza que a postura não será justa, mas na altura cá estaremos. Apelo que governem para as novas gerações e não para as próximas eleições.” -----

----- A proposta número 1.2 que foi aprovada por trinta e seis votos a favor e onze contra, dos seguintes membros: Maria Emilia Chamusca, Virginia

Monteiro, Carlos Manuel Nunes, Branca Cecília de Sousa, Joaquim José Bessa, José Manuel Goncalves, Jorge Peixoto, António Filipe Barbosa, Delfina Campos, Felisberto Viana, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- A proposta número 1.3 que foi aprovada por trinta e seis votos a favor, uma abstenção do seguinte membro Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares e dez contra dos seguintes membros: Maria Emilia Chamusca, Virginia Monteiro, Carlos Manuel Nunes, Branca Cecília de Sousa, Joaquim José Bessa, José Manuel Goncalves, Jorge Peixoto, António Filipe Barbosa, Felisberto Viana, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. Com uma declaração de voto do membro Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Voto contra pelas seguintes razões: aquilo que afirmei na minha intervenção e que agora sublinho ou reforço exige que a Câmara tenha um sentido de gestão otimizado, racional, criativa e criteriosa. Foi precisamente isso que eu disse, e o senhor vereador Dr. Pedro Machado não percebeu o sentido das palavras. E portanto a Câmara ao contratar por tempo indeterminado, dois técnicos superiores com licenciatura em sociologia, demonstra claramente a falta de gestão otimizada, racional, criativa e criteriosa, bastava para tal pensar, senhor vereador Dr. Pedro Machado, que o apoio ao associativismo, o apoio às IPSS, o apoio às Juntas de Freguesia, o apoio às paróquias permitiam-lhe, por exemplo, desenvolver um trabalho na área social que pudesse de certa forma complementar e até impulsionar muito mais o trabalho de ação social ao nível de todo o concelho. E de facto essa ausência de apoios a esta rede de agentes na nossa comunidade leva a que a Câmara se preocupe mais em contratar por tempo indeterminado dois técnicos em sociologia que laboram na Câmara municipal, do que propriamente fazer esta gestão otimizada, racional, criativa e criteriosa. Voto também contra porque de certa forma esta redução a que alude de um por cento, e que há pouco dizia que, já há alguns meses atrás sabia que ia atingir este um por cento de redução. Pois bem, basta olhar o mapa de pessoal e perceber o nível de aposentações, para perceber que atingiria logo o, um por cento”.-----

----- E uma declaração de voto do membro António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Voto contra e venho apenas reforçar a ideia anteriormente afirmada que, tentaram e por várias vezes isto foi repetido neste púlpito, afirmaram-nos que todas estas contratações eram fundamentais e estruturantes para uma abertura correta do ano letivo. Não me parece, e volto a dizer, que as contratações até ao momento aprovadas sejam fundamentais para abertura

do ano letivo. Aliás, quando se diz que a contratação de uma educadora de infância para uma biblioteca é estruturante, eu posso perguntar, porque não um professor do primeiro ciclo, um licenciado em literatura portuguesa, porque não uma pessoa especializada em literatura infantil? Porquê um educador de infância particularmente? E daí podia passar para todas as outras que se seguiram. Por isso, o nosso voto ou o meu voto, neste momento, é contra, exatamente por essas razões.” -----

----- A proposta número 1.4 que foi aprovada por trinta e sete votos a favor, nove abstenções dos seguintes membros: Maria Emilia Chamusca, Virginia Monteiro, Carlos Manuel Nunes, Branca Cecília de Sousa, Joaquim José Bessa, José Manuel Goncalves, Jorge Peixoto, António Filipe Barbosa, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e 1 contra do seguinte membro: Felisberto Viana. -----

----- A proposta número 1.5 que foi aprovada por trinta e seis votos a favor, uma abstenção do seguinte membro: Delfina Campos e dez contra dos seguintes membros: Maria Emilia Chamusca, Virginia Monteiro, Carlos Manuel Nunes, Branca Cecília de Sousa, Joaquim José Bessa, José Manuel Goncalves, Jorge Peixoto, António Filipe Barbosa, Felisberto Viana, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo.-----

----- A proposta número 1.6 que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- A proposta número 1.7 que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- A proposta número 1.8 que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- João Edgar Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida; -----

----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira - -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apenas a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- Eram vinte e três horas e cinco minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

---

---

---